

O maravilhoso e o terrível nas visitas a Catas Altas e Curral Del Rei: poder episcopal e direito de padroado (1748-1764)

PATRÍCIA FERREIRA DOS SANTOS¹

RESUMO

A compreensão da autoridade dos Bispos no século XVIII suscita explicações relacionadas ao Direito de Padroado concedido por Roma aos reis portugueses, a partir do século XII². Como Padroeiro da Igreja no Brasil, o Rei controlava as ações dos prelados; pretendeu torná-los um braço de defesa e consolidação do domínio sobre as terras coloniais. Terras que ganham um modelo de hierarquia política e de fé religiosa, sancionada pelo Papado, mas fiscalizada de perto pelos ministros reais. Os bispos, no entanto, não são agentes passivos. A evangelização obedecia a orientações do Concílio de Trento (1545-1563); mas também a imperativos ditados pelos reis portugueses. Duas orientações nem sempre convergentes. A igreja, ao lutar contra as heterodoxias e evangelizar, reforçaria elementos de uma mentalidade tributária do maravilhoso e do terrificante³; ou, de outra forma, da piedade barroca⁴.

Na conjuntura do padroado régio, em que medida teria sido afetada a evangelização?

Palavras-chave: Igreja Católica, bispos, evangelização, padroado.

RESUMÉ

L'analyse de l'auctorité des évêques dans le XVIII^e siècle suscite explications sur l'establisement du Patronage, donné aux Rois Portugaises pour la Sainte Siège. Comme Patronne de l'église dans le Brésil, le Roi exerçait contrôle sur las actions des évêques; voulait sas colaborations pour la défense et consolidation du domaine sur les terres coloniais. Ainsi, les terres du Brésil gagnent une modèle de hierárquie politique, et de foi religieux, sancionné pour Rome. Mais aussi fiscalisée de proche pour les ministres royaux et counseilleurs ultramarines. Les évêques, cependant, ne ressemble pas être passifs; l'evangélization obedeçait a double orientations: du Concile de Trente (1545-1564) – le merveilleux et le terrible, s'imbriquent dans celui-là discours de pieté baroque. Autrement, les évêques sont forcées pour le Patronage à l'obediência à le Roi de Portugal. Deux directrices rarement harmonieux. Quel impact avait-il sur l'action pastorale des évêques ne premier Évêché de *Minas Gerais*?

Mots-clés: Église dans le Brésil, évêques, evangélizations, patronage.

1. CARTAS PASTORAIS E ATAS DE VISITAS EPISCOPAIS

O bispo e visitantes episcopais por ele nomeados deveriam percorrer em visita toda a imensidão do Bispado mineiro, em suas 43 paróquias, estando atento para incongruências e peculiaridades com as quais evidentemente se deparariam, mas obedecendo também a um roteiro pré-determinado⁵. Todos esses elementos tornam as atas de tais visitas uma riquíssima fonte, pródiga em informações sobre a vivência religiosa nos arraiais e freguesias setecentistas. As atas de visitas pastorais eram informativas do estado em que foram encontrados os templos, os santos óleos, os livros de registros de batismos, casamentos e óbitos, e a própria vida religiosa do clero e dos fiéis. Nas atas de visitas às freguesias, os visitantes repreendem publicamente a população: a freguesia de Catas Altas já abrigava, então, mulheres vaidosas a ponto de serem assim advertidas por dom Guadalupe: “proibimos que dentro das Igrejas e Capelas entrem palanquins em que montem e desmontem mulheres”⁶.

Estas e outras admoestações compõem os textos das atas de visita, que são lidos e afixados às portas das Igrejas. Obrigado estava o pároco a transcrevê-la no Livro de Tombo, lê-la aos fiéis às Estações das Missas – o momento dos avisos que precede a bênção final –, e passar certificado de que tudo isso realizara⁷. O mesmo procedimento de publicação supradescrito seria empregado para as cartas pastorais: mais normativas, constituíam elas procedimentos obrigatórios, em todo território da cristandade, por determinação do Concílio de Trento. As Pastorais eram utilizadas pelos bispos para dar conhecimento a todos – clérigos e população em geral –, das normas e ordens oficiais.⁸ Assim, os bispos se pronunciavam periodicamente sobre temas diversos atinentes tanto

à cristandade – concessão de indulgências, tradução e informação de bulas papais, estímulo às devoções e imitação de modelos de santos, práticas piedosas, de caridade e penitência –, como a preocupação política do rei de Portugal, como o contrabando, tabelas de emolumentos paroquiais e arrecadação dos reais quintos. Veremos exemplos de uma e outra situação nas visitas pastorais às freguesias de Catas Altas e em Curral Del Rei. Não foram poucas nem insignificantes as preocupações envolvendo a administração dos sacramentos, a disciplina do clero, a educação e a formação sacerdotal, a pregação, a difusão da imagem de uma Igreja caridosa, misericordiosa, indulgente, a conceder também as graças, a abrir as portas para o mundo divino. Mas havia também atenção a uma temática de conteúdo político: as cartas pastorais informavam a população das ordens régias, pleiteavam contribuições para dotes de casamentos e para a reconstrução de Lisboa por ocasião do terremoto, e, de forma nunca assaz, doutrinavam a população na mansidão e na obediência. A criação das primeiras vilas de Minas Gerais teria, por tudo isso, concedido às elites locais “um espaço urbano instituído de atuação e condução dos interesses que representavam”, para reforçar a hierarquia e a ordem social. Ainda que as diretrizes metropolitanas fossem silenciosa e incisivamente contestadas através de práticas diversas adotadas pela população, “os governantes defendiam uma colonização de base familiar, consoante aos interesses metropolitanos, uns e outros acreditando ser ela o único meio de conter e normatizar a população das Minas¹⁰”.

2. O POVOAMENTO EM MINAS GERAIS: AS FREGUESIAS ANTECEDEM O BISPADO

A capitania das Minas teve seu delineamento geopolítico efetivado em menos de meio século da presença do colonizador português

em Minas Gerais, se considerado o intervalo 1695-1745, anos que balizam, respectivamente, os primeiros descobrimentos auríferos¹¹, e a elevação de Mariana a sede da Diocese. O Estado não tardaria a pesar sua mão, de forma a estabelecer muitas restrições: tanto relativas à entrada e à fixação de estrangeiros, como do clero regular, e ao acesso e fluxo migratório para a região mais concorrida neste momento (SOUZA, 1981)¹². A região que comporia o Bispado se encontrava palmilhada por aventureiros que chegaram às lavras, atraídos pela possibilidade de enriquecimento, por ocasião dos descobrimentos auríferos¹³.

Catas Altas teria surgido neste impulso minerador, a partir de 1702, quando fora descoberto um sítio dotado de “ouro com muita conta, que foi repartido pelos mineiros desacomodados, e ficou povoado abundantemente, que hoje é o famoso Arraial das Catas Altas, com freguesia populosa, vigararia colada de muito rendimento¹⁴”. O nome Catas Altas “proveio-lhe (...) por haverem os mineiros seguido as lavras dos córregos, buscando suas cabeceiras, seguindo as pintas que iam lavrando, e quanto mais chegavam à serra mais crescia a altura da terra que cavavam, ficando as paredes das catas com altura impraticável (...)”¹⁵.

Território tão rico e disputado provocava muitas desconfianças em Sua Majestade. Diferentemente de Catas Altas, que se avulta em população e jazidas, Curral Del Rei aparece muito mais ligada a estas desconfianças régias e a tentativas de controle das entradas de mercadorias, para estabelecer o fisco: acurrallava o gado que ia ser contado na Contagem das Abóboras, posto fiscal de importância comprovada até meados do século XVIII. Registravam-se na Contagem não apenas gado e cavalos, mas outros diversos tipos de carregamentos e ouro em pó, para ser trocado em dinheiro, em um período em que já era grande a preocupação com o contrabando¹⁶.

Assim é que contrabandistas, clérigos regulares, e seculares fluminenses dos quais era a região sufragânea fizeram parte deste processo de povoamento, e, junto, as populações africanas e indígenas. Concretizava-se um encontro peculiar, a marcar de heterogeneidade a formação social mineira. Seria este encontro pacífico? pois são perceptíveis estes conflitos na própria ação da Igreja e de seus representantes. A igreja secular deixou registros de visitas a este território desde a década de 1720, na figura dos bispos fluminenses dom frei Antônio de Guadalupe e dom frei João da Cruz. No Livro de Tombo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Catas Altas, as visitas pastorais possuem seqüência quase ininterrupta desde 1727, com dom Guadalupe, separadas por intervalos anuais ou bianuais, até que se inaugura o primeiro governo episcopal mineiro. Já a freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral Del Rei, as visitas são mais espaçadas, obedecendo a intervalos trienais¹⁷.

3. GOVERNO DE DOM MANOEL DA CRUZ

Inaugurado em 1748, o governo episcopal de dom Manoel da Cruz foi conturbado por disputas no intervalo de dezesseis anos entre sua entrada triunfal e seu falecimento, em 1764: mútuas acusações foram trocadas entre este Bispo e os ouvidores, Caetano da Costa Matoso e Francisco Ângelo Leitão¹⁸, representantes dos reis lusitanos nas Minas.

Dois destes reis mantiveram estreito contato com seu governo, sancionando ou reorientando suas ações: o de dom João V (1706-1750), em cujo tempo as receitas coloniais atingem o ápice de um enquadramento mercantilista. A fiscalidade régia se beneficiou do

progresso dos núcleos populacionais e da estabilização de algumas atividades produtivas, mas atingiu brutalmente os moradores do Brasil com a sobrecarga tributária¹⁹. O reinado de seu filho, dom José I (1750-1777), avança em sentido de laicização do Estado e mostra-se agressivo na defesa da jurisdição régia e no controle da Igreja, inclusive no sentido de cooptação dos recursos eclesiais para fortalecer a repressão ao contrabando. Isto posto, interessamos a forma pela qual se processou, nas freguesias setecentistas, tal dinâmica político-fiscalista, procurando dimensionar em que medida a ação pastoral, condicionada pelo Padroado régio, possa ter para ela contribuído, fornecendo recursos de controle, punição e fiscalização. Considerando, nas Minas, os já referidos elementos de heterogeneidade e espaço institucionalizado de reafirmação de discursos, analisemos a situação descrita pelos visitantes delegados em duas freguesias do Bispado, entre 1748 e 1764.

4. O MARAVILHOSO E O TERRÍVEL NAS FREGUESIAS VISITADAS: CATAS ALTAS E CURRAL DEL REI ASSOLADAS POR PRAGAS E HECATOMBES

A formação da freguesia de Curral Del Rei, na Memória Histórica de Belo Horizonte de Abílio Barreto traz o registro do maravilhoso, que não deixou de pontuar o imaginário popular do povoado, associado à proteção de Nossa Senhora da Boa Viagem (LIMA JÚNIOR *apud* BARRETO, 1995)²⁰.

De igual forma, a história da evangelização na freguesia transcorre de maneira a enlaçar esferas do sobrenatural a fenômenos cotidianos, referendados em relatos bíblicos e apocalípti-

cos. Dentro da temática das cartas pastorais de dom Manoel da Cruz, podemos citar pelo menos dois exemplos desta lógica de explicação da realidade. A ira Divina é associada a grandes catástrofes, como foi o terremoto de 1755, em Lisboa, mas também a fatos de menores proporções: invasão de baratas e formigas que ganharam estatuto de pragas apocalípticas²¹. Deveras, os *dies irae* são constantemente associados ao medo sentido pelo Ocidente; são bastante recorrentes referências a suplícios, cataclismas, bestiários, espectros (DELUMEAU, 1996)²². Para Jean Delumeau, difundiu-se uma culpabilização do cristão, ou Pastoral do Medo (DELUMEAU, 1996)²³.

Em 1751 uma profusão de formigas e baratas teria assolado a freguesia de Curral Del Rei, invadindo casas e arruinando roças, impressionando a todos, clero e povo. Ao Sumo Pontífice foram relatados os fatos, ao que prontamente respondeu:

(...) o nosso Santíssimo Padre Benedito XIV felizmente reinando e atendendo com paternal afeto a salvação de todos os fiéis (...) fez expedir, subscrever o que, traduzido na lingua vulgar, de *verbo ad verbum*, é do teor e forma seguinte – Benedicto Papa XIV – Venerável, Irmãos, saúde e Apostólica Bênção. Os amados Párocos, fiéis, a comunidade, e as Universidades e os homens da cidade e Bispado de Mariana e os moradores de seus territórios nos expuseram há pouco, que os seus campos, as suas roças, e outros (...) eram infestados de uma copiosa multidão de animais nocivos, principalmente formigas e outros bichinhos chamados baratas que da dita infestação lhes provinha (...) um dano muito grande. Porém, como quer que os preditos danos sejam permitidos por alguma oculta maldição (..) principalmente se deve recorrer a Divina Clemência, e nós porém julgando que a Divina Ira

cada dia mais se aumenta por respeito dos pecados que tanto a provocam, e agora (...) se pode aplacar (...) com o coração contrito humildes pedimos o Divino auxílio. Revmo. Bispo (...) pelas presentes vos cometemos para que por vós (...) exortéis (...) em os irmãos e súditos para que se lembrando das culpas passadas se convertam (...) e solicitem acrescentar com espirituais e temporais socorros e contínuos obras de caridade (...) das quais somos, pelo Senhor, dispensadores cá na terra, portanto cometemos e mandamos a mesma Vossa Fraternidade, Irmão Bispo, (...) para que feitos uns jejuns de três dias na dita cidade (...) e feita alguma pública procissão que a vosso arbítrio há de ser determinada e dando-se também aos pobres uma esmola publica (...) será deputada por vós a comunidade (...) de qualquer maldição (...)²⁴

Dom frei Manoel procede de acordo com as orientações pontificais. Publica imediatamente uma pastoral prescrevendo jejuns e o Tríduo, que culminaria com a procissão expiatória, à qual todas as Irmandades, sacerdotes e mais pessoas eclesíásticas deveriam acompanhar; além de determinar que, “das mais pessoas seculares, irá uma ao menos de cada casa²⁵”. Para Jean Delumeau, quando uma população inteira de uma cidade pede graças durante uma procissão expiatória, encontrava nessa solicitação a esperança para este mundo e para o outro (DELUMEAU, 1996)²⁶. Residiu aí uma pedagogia religiosa da qual se serviu a Igreja, extremamente complexa, mas em muitos momentos ligada ao medo. As cartas pastorais insinuam este aspecto da evangelização, pedagógico e admoestador, informativo e regulador da vida dos fiéis.²⁷ Representa a voz da Igreja como autoridade²⁸, mas apelando fortemente para a *emoção, o arrependimento e o sacrifício*, para se obter um prêmio: a Salvação Eterna. Para alcançá-la, a obediência era imprescindível; mas naquela conjuntura esta obediência também abarcava aspec-

tos políticos. Somente pela submissão e pela penitência se poderia alcançar a Graça Divina. Nesse sentido, as Cartas Pastorais reforçam as orientações quanto à oração mental, as indulgências, como forma de diminuir a estada no Purgatório – local onde as almas que escapassem à Eterna Condenação se deteriam, em meio a um fogo diferente daquele que torturava os condenados ao Inferno: um fogo purificador dos pecados após a morte. Todos estes elementos da doutrina afirmam o que Le Goff chamou de “geografia do além”, pela qual pauta-se a doutrina. Tal noção circunscreve espaços reservados, após a morte, aos pecadores, separados conforme a gravidade de seus pecados: Céu, Inferno e Purgatório (LE GOFF, 1981)²⁹.

Para diminuir a estadia no fogo purificador deste último, a Igreja concedia indulgências, em troca de penitências. Esta atitude representaria a misericórdia divina e da Igreja em conceder a graça e o perdão, mediante a meditação, e as práticas de caridade e piedade entre os fiéis³⁰. Para construir o Reino de Deus, todos deveriam contribuir³¹. Ocasões para obras caridosas nunca faltavam; contribuições financeiras para a reconstrução de Lisboa, por exemplo, foram muito estimuladas, devido ao terremoto que a devastou, em primeiro de novembro de 1755. As cartas pastorais fornecem pista – ainda que possivelmente superdimensionada – do drama vivenciado pelos portugueses da Metrópole:

Fazemos saber que agora nos chegou uma relação impressa de Lisboa em que se referem todos os lamentáveis estragos que tem sucedido no Reino e principalmente na Corte, onde morreram setenta mil pessoas, pouco mais ou menos, sepultadas nas ruínas de suas casas e templos, e abrasadas nos incêndios que se seguiram ao terremoto, além das que

faleceram em outras cidades e vilas do mesmo reino, o que tem causado e deve causar a todo o fiel cristão inconsiderável mágoa e sentimento na consideração de que toda aquela multidão de almas está em extrema necessidade especialmente sem ter quem as socorra (...) ³².

Uma vez mais prescreveram-se penitências aos fiéis, em expiação e desagravo da Divina Ira. Ordenaram-se, através das cartas pastorais, jejuns, missas solenes, quarentenas. A Ira Divina, que era chave explicativa para o desastroso fenômeno, e ao mesmo tempo, terrível demonstração da força da Divina Justiça. De forma que era necessário que “façamos da nossa parte por abrandar a Suma Majestade, por nosso ódios ofendida, antes que descarregue sobre nós com mais força os de sua Ira que devemos temer” ³³

Sentimento religioso imbricado ao medo e à insegurança? o mesmo que movera os pintores europeus a criar cenas de Juízos Finais, e evocações do Inferno? ou que inspirou pregadores e teólogos a construir formulações de que pela submissão e pela penitência se poderia alcançar a Graça Divina ³⁴? Qualquer um corria o risco de ser associado ao Demônio, Inimigo da Cristandade cujos agentes foram inventariados pelos homens da Igreja, designando perigos e adversários contra os quais o combate não seria fácil, mas pelo menos, possível com a Graça de Deus. Ou seja, pestes, penúrias e guerras são terríveis, mas não piores do que o Demônio e o pecado.

Para prevenir os fiéis contra este Inimigo, a palavra episcopal encontra-se sempre pródiga em exemplos, modelos e antimodelos. É comum a perseguição ao chamado *erro heterodoxo* (PEREL-

MAN, 1990)³⁵, ou seja, o que escapa à ortodoxia católica: o herético, o protestante, o luterano ou calvinista, o judeu, o muçulmano, o feiticeiro, o alcoviteiro, a prostituta figuram, desqualificados, nos discursos dos bispos, como servos do demônio. Fariam parte do rol os funcionários régios rebeldes à sua voz de autoridade, as prostitutas, clérigos insubmissos. Desmascarar Satã e seus agentes era diminuir sobre a Terra o infortúnio de que eram causa (DE-LUMEAU, 1996)³⁶. Como parte deste exército de “soldados do Demônio”, o pagão foi associado aos batuques dos escravos, promovendo-se uma demonização dos cultos afro-brasileiros. Como as admoestações de dom frei Antônio de Guadalupe, em 1726, na Vila do Carmo aos “escravos principalmente da Costa da Mina retêm em si ainda relíquias de sua gentilidade, ajuntando-se de noite em vozes com instrumentos em sufrágios de seus falecidos”. O Bispo ordena aos reverendos párocos e capelães “façam desterrar estes abusos, condenando a três oitavas para a Sé ou Meirinho qualquer pessoa que em sua casa recolha, ajude ou favoreça nestas superstições aos ditos escravos, avisando também a seus senhores que os emendem, aliás, se procederá contra eles como for justiça, como consentimos” (RODRIGUES)³⁷.

A emenda desejada para a heterodoxia, no entanto, era tarefa a ser vencida em prazo muito longo. Tais práticas circunscrevem uma permanência, e uma recorrência nas diversas freguesias do Bispado Mineiro. Em Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral Del Rei, o visitador dr. Teodoro F. Jácome se escandaliza, em 1753, porque “algumas pessoas fazem ou concorrem para batuques, o que se chama calundures, ações supersticiosas, os repreendam rigorosamente e sendo pessoas forras os condenem em dez oitavas de ouro”. Para o Bispo, nestes bailes tão supersticiosos, “o

Demônio como sagaz inimigo de nossas almas costuma laborar e intrometer-se”. A Igreja previa penalidades aos desobedientes e o Bispo ou Visitador as aplicava. No caso dos batuques, a pena era de “Excomunhão maior que nenhuma pessoa de qualquer qualidade, condição e estado faça, admita, ou consinta as ditas danças em suas casa ou fazendas nem as façam nem delas assistam e além da dita pena lhes imponho demais a pecuniária de dez oitavas de ouro”. O pároco deveria fazer executar a ordem, “sob pena de se lhe dar em culpa e para a dita satisfação procederá até evitar aos delinqüentes aos ofícios divinos”³⁸. Admoestações que são endossadas pelo bispo dom frei Manoel da Cruz, em 1753, devido ao fato de serem os batuques “umas danças que chamam de batuques extraordinariamente provocantes da sensualidade”(RODRIGUES)³⁹.

São exemplos que demonstram a idéia de que o cristão católico deveria fazer a sua escolha para obter o prêmio da Salvação Eterna. Maniqueístas, as imagens do Bem e do Mal, do Céu e do Inferno, aparecem associadas a Deus, e a Modelos Perfeitos como o de Jesus e de Maria e ao anti-modelo, o Demônio. Era preciso ter medo de si, para não se tornar, a qualquer momento, agente do Demônio. Ter medo de si era ter medo de Satã (DELUMEAU, 1996)⁴⁰. A vituperação de tais práticas heterodoxas, e de inúmeros outros vícios, com base na doutrina, são, por isso, lugares comuns nas Cartas Pastorais. Elas parecem presentificar um mundo de expectativas, demonstrando a configuração ideal para a sociedade. Assim, veiculam representações de um mundo, ao mesmo tempo maravilhoso e belo, para os bons cristãos; mas terrível e doloroso para os maus, pecadores, que provocam a ira divina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda esta diversidade de situações, encontradas e vivenciadas nas freguesias, deveriam ser processadas e administradas, tanto pelos bispos e visitadores, como pelos pregadores e párocos, a quem cabia a maior parte da execução do programa evangelizador que a Igreja buscava implantar: vivência religiosa pautada na imitação de modelos de santos e mártires, na contemplação dos sacrifícios de Jesus, na freqüência aos sacramentos, na prática da oração mental e de caridade que fortaleciam o espírito contra o Inimigo nas horas de tentação, ou na derradeira hora da morte. Todo este programa evangelizador encontrava-se embasado nas orientações tridentinas, que determinavam diretivas para a pregação – pastoral ou ordinária, e a de ocasião, ou extraordinária, estando a primeira a cargo dos bispos e párocos, para a cura das almas (LOPES, 2000)⁴¹.

Tudo isso junto viria compor um sistema organizado de ação, com recursos eficazes que privilegiavam a palavra, e a comunicação. As cartas pastorais representariam, nesse sentido, um canal privilegiado de comunicação. O intento pode ser depreendido a partir de discursos como os que ordenam se obedçam a tudo o “que elas [as cartas pastorais] dispõem, exceto naqueles casos em que sua Excelência Reverendíssima tem modificado, alterado, ou acrescentado de novo (...)”⁴². O uso da palavra, no entanto, fez-se de inúmeras outras formas, e servindo aos mais variados interesses: muitos embates entre autoridades viriam se dar no plano retórico; assim como a evangelização, em muitas das vezes a empregou, pelo exagero e pelo uso de estratégias de sensibilização a ela não se furtou.

Este aspecto evidencia a importância fundamental da palavra como mecanismo social tão elementar quanto fundamental. Palavra que serve à comunicabilidade tão precária na colônia, e à

veiculação e circulação de idéias, à correspondência com as terras de além-mar. Palavra para ordenar, pregar, convencer, negociar, ameaçar, escrever. Dominar. Que palavra e poder se combinam parecem concordar não poucos estudiosos (HESPANHA *apud* MATOSO)⁴³. Para Júnia F. Furtado, a palavra era “componente fundamental para criar os laços de identidade entre os dois lados do Atlântico, palavra e poder se complementavam, um tornando o outro possível⁴⁴”.

Notas

- ¹ Agradecemos o apoio financeiro da FAPESP à presente pesquisa, fundamental ao seu melhor desenvolvimento.
- ² TRINDADE, R. Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história. BH: I Oficial, 1953. TORRES-LONDOÑO, F. (Org.) **Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica**. SP: Paulus, 1997, p. 12.
- ³ DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente. (1300-1800):** uma cidade sitiada. Tradução: M. L. Machado; H. Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.18.
- ⁴ Cf. CAMPOS, A.A. **A terceira devoção do setecentos mineiro: o culto a São Miguel e Almas**. São Paulo: FFLCH-USP, 1994.
- ⁵ De acordo com Monsenhor Flávio C. Rodrigues, o *Pontificale Romanum* dos Papas Clemente VIII e Urbano III regulamentava o ritual das visitas pastorais. Já a informação sobre o número de paróquias é uma das primeiras que o próprio bispo transmite à Congregação do Concílio Tridentino, em Relatório Decenal encaminhado à Santa Sé, em 1757. In: Cf. RODRIGUES, F. C. (Mons.) **Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana – As Visitas ad Limina**. Mariana: Editora D. Viçoso, 2004, v. 3, § 1.º, p. 81 e v. 1, p. 9.
- ⁶ “Capítulos de Visita de Dom frei Antônio de Guadalupe às Catas Altas”. AEAM, Livro de Visitas e Fábrica de Nossa Sra. da Conceição das C. Altas, 1727-1831, H-14, fl.2-3.

- ⁷ AEAM. Seção de Livros Paroquiais, H-14: Livro de Visitas e Fábrica de Nossa Senhora da Conceição das catas Altas, fl.,4.
- ⁸ Cf. CAMPOS, Adalgisa A. A mentalidade Religiosa do Setecentos: o Curral Del Rey e as Visitas Religiosas. **Revista Vária História**, BH: FAFICH-UFMG, n.1, p.11-17, 1985.
- ⁹ CAMPOS. M. V. **Governo de mineiros**: “de como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo-dourado”. 2002.115 f. Tese (Doutorado) – FFLCH-USP, São Paulo, 2002.
- ¹⁰ SOUZA, L. de M.e. **Norma e Conflito**: aspectos da história das Minas no século XVII. BH: Ed. FMG, 1999, p.176. Vide também BOXER, C. R. **A Idade do Ouro no Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Tradução de Nair de Lacerda, 3. ed. Rio de Janeiro: N. Fronteira, 2000, p. 184.
- ¹¹ Para Boxer, são “contraditórias e fragmentárias as narrativas que nos vieram ter às mãos”, e “pareceria que o ouro foi encontrado quase simultaneamente em regiões diversas da zona que é hoje Minas Gerais, (...) nos anos entre 1693 e 1695”. In: BOXER, C. R. **A Idade de ouro no Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. p.58.
- ¹² Vide SOUZA, L. de M. e. **Opulência e Miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 30-56.
- ¹³ “A corrida ao ouro e aos diamantes brasileiros de novo avolumará o caudal [da emigração portuguesa], que não é aventureiro estimar, no século XVIII, em 8.000 a 10.000 por ano. Ousemos correr o risco de estimativas globais (...) de 1640 a 1700, o desfalque reduz-se para uns 120 [cada ano], e no século XVIII amplia-se uma vez mais, elevando-se talvez a uns 600.000 indivíduos nos primeiros sessenta anos (...)”. In: GODINHO, V. M. **A estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. Lisboa: Arcádia, 1971, p. 43-44.
- ¹⁴ “Notícia dos Primeiros descobridores das Primeiras Minas do Ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios”. CÓDICE

Costa Matoso. Coleção das notícias dos Primeiros descobrimentos das Minas que fez o Dr. Caetano da Costa Matoso sendo Ouvidor das do Ouro Preto de que tomou posse em 1749 & vários papéis. BH: Fundação João Pinheiro/CEHC, 1999, v.1, p. 178; 255.

¹⁵ “Informações das Antigüidades da Freguesia de Catas Altas”. In: CÓDICE Costa Matoso, op. Cit., p. 261ss.

¹⁶ CAMPOS, A. A. **Contagem: Origens**. BH: Mazza Edições, 1991, p.31-33; BARRETO, A. Belo Horizonte: **Memória Histórica e descritiva – História Antiga**. BH: Fundação João Pinheiro/ CEHC, 1995.

¹⁷ Há visitas em 1745, realizadas por Dom Frei João da Cruz; 1748, pelo Dr. Vigário Miguel de C. A. de Mattos; em 1750, a seqüência trienal é quebrada, pois a localidade é visitada pelo próprio Bispo Dom Manoel da Cruz; depois somente há visita em 1753, pelo Dr. Manoel R. Taborda; em 1756, pelo Promotor do Juízo Eclesiástico Dr. Teodoro F. Jácome, e em 1759, pelo Cônego Penitenciário Dr. José dos Santos, sendo esta a última para este período. AEAM. Seção de Livros Paroquiais, W-3. Disposições Pastorais de Dom Frei Antônio de Guadalupe (1727) e Dom Frei Manoel da Cruz.

¹⁸ A temática de tais disputas é objeto da pesquisa que ora desenvolvemos no Mestrado, intitulada “Poder e palavra: discursos, contendas e ação pastoral no Bispado Mineiro (1748-1764)”.

¹⁹ FIGUEIREDO, L. R. de A. “Equilíbrio distante: o Leviatã dos Sete Mares e as agruras da Fazenda Real na província fluminense, séculos XVII e XVIII”. **Vária História**, Belo Horizonte : FAFICH-UFGM, 35, p. 144, jul. 2004.

²⁰ LIMA JÚNIOR, A. de. **História de Nossa Senhora em Minas Gerais**. BH: I. Oficial, 1956. *Apud*. BARRETO, A. Belo Horizonte: **Memória Histórica e descritiva – História Antiga**. BH: Fundação João Pinheiro/ CEHC, 1995, p. 110-111.

²¹ AEAM, Seção de Livros Paroquiais. W-41, fl. 10-12v, 17/11/1751; W-3, Livro de visitas à freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral Del Rei.

- ²² DELUMEAU, J. **História do Medo...** op. Cit., p.29; p. 36.
- ²³ DELUMEAU, J. **História do Medo...** op. cit., p.36.
- ²⁴ AEAM, Seção de Livros Paroquiais. Livro de Pastorais e portarias de Dom Frei M. da Cruz W-41, fl.10-12V, “Pastoral por que Sua Exc.^a Rev^a. foi servido mandar passar o que nela se contém” em 17/11/1751.
- ²⁵ AEAM, W-41, fl.10-12V. Idem.
- ²⁶ DELUMEAU, J. **História do Medo...** Op. Cit., p.33.
- ²⁷ Veja-se a regulamentação em torno do funcionamento do comércio em dias santos e domingos –vendas e lojas – nos domingos e dias santos, autorizando apenas o funcionamento parcial e atendendo às necessidades urgentes. Aos desobedientes acenava-se a cobrança de penas pecuniárias e exclusão aos ofícios divinos. (AEAM, W-3, fl. 16).
- ²⁸ Para Fernando T. Londoño, o principal objetivo dos bispos era afirmar sua autoridade. Cf.: TORRES-LONDOÑO, F. “Sob a autoridade do Pastor e a sujeição da escrita.” *História: Questões e Debates*. Curitiba: Ed. UFPR, p. 162.
- ²⁹ A este respeito, veja-se: LE GOFF, J. **La naissance du Purgatoire**. Paris: Gallimard, 1981.
- ³⁰ AEAM, W-3, fl. 16. São muitas as pastorais fazem referência a Indulgências e Graças concedidas pelo Sumo Pontífice, (janeiro de 1750).
- ³¹ Entre as contribuições possíveis, os fiéis podiam apresentar relatos – se os possuírem – de prodígios alcançados, através de preces ao Padre Anchieta; fazer meditações sobre os sacrifícios de Jesus, praticar a Caridade. (AEAM, Códice H-14); Ou ainda, obedecer ao conclave dos visitantes aos moradores da Freguesia e oficiais das Irmandades para construir em mutirão uma nova matriz: “se juntem em um domingo, ou dia santo para reconstruir a Matriz, estando a Velha tão arruinada e incapaz de nela se celebrar”. (AEAM, W-3, fl. 16).
- ³² “Pastoral por que sua Excelência Reverendíssima foi servido mandar passar o que nela se contém e declara”. AEAM, Livro de Cartas pastorais e Portarias de Dom frei Manoel da Cruz, W-41, fl. 14v-15.

- ³³ AEAM, W-41: Pastoral do Exmo. e Revmo. Bispo para se fazerem as preces pelas infaustas notícias dos terremotos e incêndios de Lisboa. fl. 13v.
- ³⁴ DELUMEAU, J. *História do Medo...* Op. Cit., p.30. AEAM, W-41, fl. 7v: Cartas Pastorais de D. Frei Manoel da Cruz: Pastoral pela quais e patenteiam as Graças e inteligências que Sua Santidade foi servido conceder a quem visitar quatro Igrejas em quinze dias por tempo de seis meses.
- ³⁵ Cf. PERELMAN. C. **O Império Retórico**. Trad. Lisboa, 1990.
- ³⁶ DELUMEAU, J. **História do Medo...** Op. Cit., p.32.
- ³⁷ Visita de Dom Frei Antônio de Guadalupe a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Carmo, em 02/12/1726. Cf. RODRIGUES, Mons. F. C. (Org.), v. 1, p. 37.
- ³⁸ Capítulos de visita pastoral a freguesia de Curral Del Rei, por Teodoro F. Jácome, em 20/08/1753, referência depois bastante reiterada no governo de D. Frei Manoel. AEAM, W-3, fls.15-17.
- ³⁹ Visita pastoral de Dom Frei Manoel da Cruz em visita a freguesia de Nossa Senhora de Nazareth da Cachoeira do Campo, em 13/06/1753. Cf. RODRIGUES, Mons. F. C. (org.), v. 2, Op. Cit., p.80.
- ⁴⁰ DELUMEAU, J. **História do medo...** op. Cit. P 32-33.
- ⁴¹ A oratória sacra teria sido “um dos principais meios de exposição e de debate de questões de interesse coletivo relacionadas às verdades canônicas da Igreja e do Império”; isso justifica a posição proeminente do orador. HANSEN, J. A. **“A civilização pela palavra”**. In: LOPES, E. et al. **500 anos de Educação no Brasil**. BH: Autêntica, p.34.
- ⁴² A orientação era de que se publicasse, de “*verbo ad verbum*”, (palavra por palavra), “em três domingos, ou dias santos, contínuo à Missa Conventual que disser a seus fregueses, de que passará certidão, jurada ao pé desta, e depois de assim se cumprir, tirará um traslado, e o remeterá a cada um dos capelães das capelas da freguesia, passando uma a outra, fazendo a mesma publicação nelas e lançando os nos livros das Fábricas das tais capelas, e depois de tudo assim executado os farão ler ao menos três vezes em cada um ano para que nunca possam alegar ignorância, e que assim cumprirão

com pena de suspensão, e de se lhes dar em culpa na visita futura (...)”. Cf. AEAM, W-3, fl. 16 v.

⁴³ HESPANHA, A. M. *A Igreja*. In: MATTOSO, José. **História de Portugal, IV**, citado. HANSEN, J. A. “A civilização pela palavra”. In: LOPES, E. et al. (Orgs.) *500 anos de Educação no Brasil*, 2.^a ed. BH: Autêntica, 2000, p. 18-41.

⁴⁴ FURTADO, J. F. “**Os sons e os silêncios nas Minas do Ouro**”. Conferência de abertura apresentada ao Primeiro Seminário de Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, 24 de abril de 2006. (No prelo).



